

## Ponto de Vista

As Universidades Federais Brasileiras poderiam avaliar o MEC e a política educacional do governo brasileiro? Como sistematizar essa avaliação que teria o objetivo de informar à sociedade brasileira qual o tratamento dispensado às universidades públicas pelos órgãos governamentais? Nossa sugestão seria de que poderíamos iniciar avaliando os resultados obtidos com os programas existentes, que sempre têm os sinceros objetivos de renovar, inovar, reequipar, aperfeiçoar, atualizar... ampliar as condições instrucionais do ensino superior para que sejam compatíveis com os desafios e exigências do desenvolvimento regional e nacional.

Citamos dois desses programas: o Programa de Modernização da Infraestrutura e Consolidação Acadêmica das IFES e IUS e o Programa de Recuperação e Ampliação de Meios Físicos das Instituições de Ensino Superior.

O primeiro mobilizou, em 1996, os Centros de Ensino e vários Departamentos da UFPI, que apresentaram projetos para aquisição de equipamentos capazes de produzir mudanças qualitativas nas atividades de ensino. O DECON enviou, na oportunidade, projeto de implantação de uma Sala de Vídeo e Videoteca, que objetivava dinamizar o processo de ensino-aprendizagem. Esperamos, até hoje, pelos equipamentos e fitas de vídeo. O segundo programa prefere beneficiar as instituições particulares, tornando clara a política adotada pelo governo brasileiro que segundo o prof. Pablo Gentili, pretende *transferir a educação da esfera da política para a esfera do mercado, negando sua condição de direito social e transformando-a em uma possibilidade de consumo individual, variável segundo o mérito e a capacidade dos consumidores.*

Em suma, a avaliação das universidades pelo MEC, não passa de uma montagem que tenta desqualificar o ensino público superior do país, objetivando esconder todas as mazelas que o colocam numa situação deprimente e de vergonha nacional. Todo o setor educacional, em especial o superior, apenas nos faz lembrar aquela frase dita já no século passado segundo a qual "as elites sempre transformaram o Estado num vasto balcão de negócios". O Brasil luso-ibérico completou 500 anos e continuará luso-ibérico pelos próximos 500 anos, caso o povo assim o permitir.

**Novas Considerações Acerca do Sistema Tributário Brasileiro .....p. 2**

**Crescimento Econômico, Bem Estar e Meio-Ambiente .....p. 4**

**Desenvolvimento Humano, Renda e Pobreza no Município de Picos (PI) .....p. 6**

**A UFPI e o Desenvolvimento .....p. 8**

**A Educação e o Processo de Convergência .....p. 10**

**A Genese da Economia como Ciência .....p. 11**

**A Empresa Voltada para a Área de Recursos Humanos .....p. 12**

**Professor Titular: Uma Questão de Justiça .....p. 14**

**Era Pós-PC: O Domínio de Bill Gates pode estar acabando .....p. 17**

**As Condições de Oferta do Curso de Graduação em Ciências Econômicas da UFPI- Campus Teresina .....p. 18**

*Confira Indicadores p. 20*

# C O N Ô M I C O

## NOVAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

\*SAMUEL DA COSTA FILHO

Em artigo anterior procurei mostrar como a estrutura tributária de meados dos anos 60 sofreu modificações na direção de uma maior descentralização dos recursos e de elevação na autonomia financeira das unidades federativas. Nesse artigo pretendo apresentar as principais falhas e imperfeições encontradas no atual sistema tributário brasileiro.

Na Segunda metade dos 80, a fragilização do Governo Federal e o crescimento do movimento federalista permitiram uma profunda reforma do Sistema Tributário. O federalismo se fortaleceu.

Objetivando a construção de uma sociedade mais justa e democrática a reforma tributária determinou uma redivisão das competências tributárias entre as diversas esferas de governo, com a redução do campo de competência do Governo Federal e ampliação das áreas dos Estados e Municípios. A União e Estados voltaram a se equiparar, embora não possam competir entre si.

A reforma tributária de 1998 possibilitou aos governos subnacionais:

- i) uma ampliação de sua base de tributos;
- ii) uma maior autonomia na gestão dos recursos recebidos;
- iii) maior participação nos recursos federais (aumento dos percentuais dos Fundos de Participação de Estados e Municípios);
- iv) além do que proibiu a interferência da União na política tributária das unidades subnacionais.

Ocorre que atualmente é quase consenso a necessidade de uma nova reforma tributária. Para o empresariado nacional a atual estrutura tributária é "injusta" por penalizar demais a produção e com isso dificultar o desenvolvimento econômico do país. Com base nesse ponto de vista, propõem reformas na legislação fiscal visando a redução da carga tributária e a extinção de uma gama variada de impostos.

Por outro lado, os governos municipais, estaduais e até a União, estão às voltas com pro-

blemas orçamentários, e na busca de conseguir mais recursos, estão também defendendo a realização de reformas na estrutura tributária nacional.

Parece existir um consenso entre empresários, governos e outros importantes segmentos da sociedade, da urgente necessidade de reformas na nossa legislação fiscal. Diferente dos anos 80, quando o Governo Federal, Estados e Municípios só se procuraram com a repartição das receitas tributárias, hoje temos o problema de carga tributária. Outro ponto fundamental diz respeito à elevada evasão fiscal no Brasil.

Os críticos do sistema vigente dizem que ele é anacrônico, defeituoso e cheio de vícios. Dessa forma, se faz necessário atentar para a verdadeira realidade revelada pelo atual modelo tributário brasileiro.

Um dos principais problemas diz respeito à elevada descentralização dos recursos sofrida pela União, em decorrência do aumento dos Fundos de Participação. Esse fato fez com que o governo federal ficasse impotente para orientar o processo de crescimento econômico e executar programas de redução das desigualdades regionais e de rendas.

O segundo ponto diz respeito às unidades subnacionais menos desenvolvidas. Apesar do avanço em direção à autonomia financeira, essas unidades por dependerem fortemente das transferências governamentais continuaram sua dependência política.

O terceiro aspecto diz respeito ao desinteresse da União pela cobrança dos impostos compartilhados como IPI e IR (apesar do aumento da alíquota na tentativa de compensar perdas de receita). O Governo Federal passou a adotar a alternativa de alargamento do campo de incidência das contribuições sociais, seja através da criação de nova contribuição seja por intermédio da majoração de alíquotas. Dessa forma, a União contribuiu para piora de qualidade do sistema.

As contribuições sociais assu-

miram um peso crescente na composição das receitas federais. Diante da abertura comercial dos anos 90, a proliferação das incidências sobre o faturamento (CONFINS, PIS, CPMF, IOF e ISS) representa importante perda de competitividade interna e externa para os produtos e serviços nacionais. A Lei Kandir (Lei Complementar 87/96) objetivando desoneração de impostos dos produtos destinados à exportação não recaí sobre valores adicionados, não colaborando para desonerá-lo das contribuições sociais.

Um outro aspecto da desorganização do sistema tributário brasileiro decorreu do movimento defensivo do erário público contra a aceleração da inflação da Segunda metade dos anos 80. O Governo Federal concentrou IPI e ICMS em poucos produtos, transformando a tributação geral em tributação sobre produtos e monofásica.

No quinto problema, encontramos o Brasil como único país do mundo onde convivem dois IVAs (Imposto sobre Valor Agregado). A exemplo internacional demonstra ser o IVAs um imposto de competência eminentemente federal. Todavia, no Brasil existe o IPI (federal) e o ICMS (estadual) atuando praticamente sobre a mesma base numa clara implicação de duplicação de tributos.

Outro problema do sistema tributário brasileiro está relacionado ao ICMS:

a) a adoção de alíquotas diferenciadas entre os Estados para promover benefícios fiscais e burlar o Confaz, por intermédio de incentivos travestidos de estímulos financeiros as empresas (financiamento do ICMS, sem correção monetária e em longo prazo).

b) A competição estadual faz com que cada Estado brasileiro tenha uma legislação própria, acarretando uma grande complexidade ao sistema (atualmente existem mais ou menos 27 administrações tributárias), bem como, alto custo para os contribuintes e para sua administração.

c) Esse tributo promove a transferência indesejada de recursos entre as unidades da federação.

Como último ponto, gostaria de ressaltar o desequilíbrio na composição da carga tributária que está assentada nos impostos indiretos, notadamente nas contribuições sociais incidentes sobre o faturamento. Como sabemos, a adoção por esse tipo de imposto tornou o sistema perverso e regressivo. Apresentando o comportamento contrário ao que ocorre nos países desenvolvidos.

Em decorrência dos problemas apresentadas pelo sistema tributário brasileiro, os agentes econômicos acreditam que a nossa carga tributária seja excessiva. As distorções existentes, principalmente no campo da tributação indireta provocam a percepção nos contribuintes de que a nossa carga além de alta é heterogênea.

Na realidade, uma análise comparada com os países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento) revela que o valor da carga tributária brasileira é baixo (veja tabela em anexo) em relação à média dos valores observados na OCDE. Nos países da OCDE, a carga tributária passou de 30% para 38,8% do PIB, entre 1970 e 1990, e para os países da OCDE e CEE (Comunidade Econômica Européia) os valores passaram de 31% para 40,8% no mesmo período.

É o excesso na participação dos tributos indiretos e das contribuições sociais que faz com que o peso da tributação, sobre bens e serviços, na composição da carga tributária global no Brasil seja elevada. A carga tributária sobre bens e serviços que foi de 10,9% do PIB no nosso país e de 12,8% no PIB para média dos países europeus em 1990, representam, respectivamente uma participação na composição da carga tributária global de 43,8% para o Brasil e de 31,9% para a média da CEE.

Hoje em dia a reforma tributária é vista como prioritária.

Ainda mais, diante da integração latino-americana em andamento (MERCOSUL) e apresentando uma base diferenciada de carga tributária entre o Brasil (29,8%), Argentina (22,5%), Uruguai (30,2%) e Paraguai (15,5%).

Todavia, convém esclarecer que a comparação pura e simples do nível da carga tributária tende a ser árida e de precário poder analítico. São tantas as diferenças entre os sistemas e, principalmente, entre as sociedades sobre as quais as cargas incidem que pouco se pode concluir da mera comparação de números que as representam.

A estrutura dos impostos no Brasil se revela injusta em virtude de sua característica regressiva, ou seja, além da participação da tributação da renda ser baixa, ela se concentra na pessoa jurídica, o que afeta negativamente a competitividade dos produtos nacionais. Mesmo os impostos diretos contêm inúmeros vazamentos e isenções desnecessárias, e assim, o nível de tributação de pessoas físicas é extremamente baixo em comparação com padrões internacionais.

A coleta de impostos é deficiente e a evasão é imensa. A sonegação é certamente o maior inimigo da justiça fiscal, e não obstante a contribuição que a tributação da renda e da riqueza pessoal possa fazer à justiça fiscal, é principalmente a qualidade da administração fiscal que pode garantir a sua consecução. Finalmente, do número total de impostos, somente oito ou nove se revelam importantes como fonte de receita para os cofres públicos. A despeito do grande número de tributos existente no país, a arrecadação concentra-se em poucos - os cinco principais (ICMS, contribuição para Previdência Social, IR, CONFINS e IPI) são responsáveis por mais de 70% da arrecadação total.

Como se percebe existe inúmeras distorções e privilégios acumulados ao longo do tempo.

As mudanças a serem realizadas devem seguir as normas da equidade e da capacidade de pagamento, contribuindo para uma verdadeira "justiça social". O modelo a ser seguido e implementado deve ser de tal modo que todos paguem impostos de acordo com suas posses e não somente determinadas classes. Com isso, queremos dizer que a reforma deve procurar ampliar a base tributária, transformar em contribuintes muitos dos que hoje não pagam impostos, e ao mesmo tempo deve diminuir a carga tributária dos que atualmente estão a contribuir. É inconcebível a existência de um sistema que permite as grandes fortunas e determinadas classes sociais terem seus interesses protegidos e beneficiados pelas leis. Enquanto, por outro lado penaliza a produção, o consumidor e os que estão contribuindo para o sistema. Esse fato provoca injustiças e distorções, impede a melhora no perfil da distribuição de renda nacional, privilegia a especulação e favorece o latifúndio nas terras urbanas e rurais.

Simultaneamente a essa revisão é obrigação dos três níveis de governo diminuir ou eliminar sua ineficiência, melhorar a estrutura de fiscalização e arrecadação de impostos, extinguir ou reduzir bastante o superfaturamento das licitações públicas.

Uma reforma tributária e fiscal pode alavancar recursos para sanear as contas e orçamento do Estado, favorecendo a estabilidade econômica e viabilizando um retorno das políticas de desenvolvimento. ●

\*SAMUEL DA COSTA FILHO é professor de Economia do DECON/UFPI, Mestre em Economia pelo CAEN/UFC, Doutorando do Instituto de Economia / UNICAMP.

Tabela 1 - CARGA TRIBUTÁRIA BRUTA NO BRASIL (%)

	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
Carga tributária	25,3	25,1	27,6	22,5	24,8	23,5	21,8	21,9	21,9	27,8	23,8	24,8	25,8	26,9	29,8

Fonte: Indicadores do IESP, n.64, jan./fev. 1998.

# Crescimento Econômico, Bem

\*RICARDO AZEVEDO SILVA

*O acirramento e uma maior percepção dos problemas ambientais se somaram às questões sociais, referentes às desigualdades e às carências societárias diversas, para levar a um questionamento da visão predominante, desde o pós-guerra, do crescimento econômico como uma condição necessária e suficiente para o progresso.*

*Este artigo discute tal debate que toma corpo a partir da Conferência de Estocolmo em 1972.*

Em 1972 realizou-se em Estocolmo a primeira conferência mundial sobre a questão ambiental, logo após a publicação do primeiro relatório do Clube de Roma, "Os limites do Crescimento". O prognóstico deste estudo previa que, com a expansão do crescimento e a adoção do padrão de consumo dos países centrais pelos países periféricos, a produção atingiria um ponto em que não mais poderia progredir devido ao esgotamento dos recursos não renováveis, anteendo uma situação catastrófica para o planeta.

Tais acontecimentos trazem a tona, no início da década de 70, a polêmica em torno das relações entre crescimento econômico e meio ambiente, gerada por duas visões divergentes: um grupo defendendo a visão de que o meio ambiente impõe limites absolutos ao crescimento econômico e em se sustentando o atual ritmo de crescimento da exploração dos recursos naturais e do nível de poluição, estaríamos perto de atingir uma situação caótica; outro grupo, partilhando da visão de que o progresso tecnológico superaria os limites ambientais ao crescimento econômico, e que tal crescimento extingiria a miséria social, levando à melhoria significativa das condições de vida da humanidade a um custo ambiental irrelevante frente ao progresso social obtido.

Nesta mesma época surge a visão do endesenvolvimento que viria defender uma posição intermediária entre estas duas correntes divergentes, trazendo consigo a proposta que mais tarde

seria conhecida como Desenvolvimento Sustentável (desenvolvimento capaz de satisfazer as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das futuras gerações atenderem as suas próprias necessidades). Este terceiro grupo reconhece que o fator tecnológico possa contribuir para solucionar os problemas ambientais, embora não resolva a questão. Concorde também que o crescimento econômico é necessário à solução dos problemas sociais, contudo insuficiente para resolvê-los.

Surge a conscientização da necessidade de compatibilizar crescimento econômico com preservação do meio ambiente. Os mais pessimistas detendem a estagnação econômica e uma regressão dos padrões de consumo, como solução para a questão ambiental, apregoando uma economia de estado estacionário, onde a taxa de crescimento é zero.

O fato é que, a partir de Estocolmo, a discussão ambiental se faz cada vez mais presente e é crescente a conscientização mundial. A questão energética e dos demais recursos naturais necessários ao processo produtivo, somado à capacidade de assimilação do meio ambiente, serão confrontadas com o crescimento econômico e populacional que, neste século, apresentaram taxas muito elevadas, fazendo com que se avistasse os limites ambientais.

Fica claro que o crescimento econômico contínuo traria rompimentos de equilíbrios ecológicos, imprescindíveis à sobrevivência do sistema ambiental. As diversas ocorrências de degradação ambiental tornaram-se um obstáculo ao desenvolvimento econômico, reforçando a conscientização de controlar o crescimento tanto econômico quanto populacional.

Na ocasião da Conferência de Estocolmo, os países do terceiro mundo defendiam a posição de que, antes de resolver problemas ambientais, deveriam ser solucionados os seus problemas de subdesenvolvimento, e que para isso deveria-se crescer a qualquer custo, assumindo posições desen-

volvimentistas. Viam a causa ambiental como um luxo dos países ricos; somente as sociedades avançadas, que já haviam resolvido problemas muito mais graves, como a superação das necessidades básicas da população, poderiam se dedicar a essa causa.

Entretanto, na década de 80 fica claro que, após um longo período de crescimento acelerado de grande parte dos países subdesenvolvidos, isto não foi suficiente para solucionar os graves problemas sociais. O desenvolvimento equitativo não tem sido alcançado; a pobreza de massa subsiste e as disparidades aumentam entre e dentro dos países. O crescimento postergou o conflito por uma melhor distribuição de renda, uma vez que, ao aumentar a renda absoluta de cada um, atenua o fato do crescimento relativo desproporcional que privilegia uma minoria. As altas taxas de crescimento nos países subdesenvolvidos foram acompanhadas por crescente disparidade de distribuição de renda e pela incapacidade do sistema econômico em absorver com satisfatória produtividade o contínuo aumento da força de trabalho.

O crescimento econômico tem gerado um desenvolvimento excludente. Conforme o Banco Mundial, 81% da população mundial tem rendimentos que, nos EUA, seriam qualificados como suficiente apenas para uma má alimentação; sendo ainda, que cerca de 1,3 bilhões de pessoas vivem com apenas 1 dólar por dia. Em contra partida a pressão sobre o meio ambiente se elevou sobremaneira.

A este quadro, somam-se estimativas de que os recursos dos quais depende a moderna tecnologia industrial se esgotarão na mesma época em que muitos países subdesenvolvidos talvez atinjam a maturidade industrial. Mas mesmo assim fica difícil falar em crescimento material zero em sociedades desigualitárias. Mesmo em nações desenvolvidas subsiste a pobreza, e a desigualdade leva à busca por um nível mais alto de consumo, ins-

# Estar e Meio Ambiente

talando-se assim um conflito entre esta busca e os limites ambientais. A questão é bastante delicada, uma vez que os países subdesenvolvidos detêm em média uma renda per capita vinte vezes menor do que a do primeiro mundo. Atualmente nos deparamos com o desafio de como reduzir substancialmente ou eliminar a miséria, sem desprezar os limites da capacidade de sustentação da Terra.

Sachs atenta que se deve ter em conta, independente de crescer ou não, a forma de exploração da natureza - é errado pressupor que a taxa de exploração da natureza esteja relacionada apenas com a taxa de crescimento econômico e não com as formas, conteúdos e usos do crescimento - a economia estacionária também consome recursos, e ainda, caso se mantenha as desigualdades sociais, não se atingiria o desenvolvimento - a estagnação funcionaria apenas para sociedades iguais. Para Sachs é possível adotar padrões alternativos de crescimento, organizados e instrumentalizados de maneira a minimizar os impactos negativos sobre o meio ambiente. Deixar de crescer, para livrar-se dos impactos negativos do crescimento sobre o meio ambiente, é uma proposta intelectualmente simplista e politicamente suicida. O problema não consiste na escolha entre crescimento e qualidade do ambiente, e sim, em buscar a harmonia entre objetivos sócio-econômicos e ambientais, através da redefinição de padrões de uso de recursos e das finalidades do crescimento.

Há os que defendam o crescimento zero para os países avançados e um crescimento controlado para os países atrasados. Esta seria uma alternativa interessante, mas até que ponto isto seria factível? Por um lado, parece impossível e extremamente complexo conseguir que os países desenvolvidos pararem de crescer; e por outro lado isto ocorrendo, comprometeria o crescimento dos países subdesenvolvidos, uma vez que são os países centrais que lideram o crescimento

mundial. Em que medida o crescimento dos países atrasados depende do crescimento dos países avançados?

Os países super desenvolvidos não querem limitar o consumo, porque o crescimento econômico é o que adia o conflito social e distrai a atenção a respeito do problema de distribuição de renda e riqueza. Mas alguma providência se faz necessária frente ao desenrolar dos acontecimentos. Segundo Cavalcanti para elevar a renda nos países em desenvolvimento nos próximos trinta anos à metade do nível de renda dos países avançados, a produção mundial teria de crescer dez vezes, supondo que a taxa de crescimento dos países avançados permanecesse em 2% ao ano, o que ultrapassaria o limite ambiental.

Daly diagnostica que: "As matérias primas concentradas na crosta terrestre e a capacidade do sistema para absorver tanto grandes quantidades quanto exóticas qualidades de material e poluição térmica, fixam um limite para o número de pessoas-ano que podem viver em um 'estado desenvolvido' como este termo é entendido hoje, nos EUA e no Terceiro Mundo."

Na década de 80, segundo este autor, era necessário aproximadamente um terço da produção anual mundial de recursos não-renováveis para sustentar 6% da população mundial que residiam nos Estados Unidos, naquelas condições de desenvolvimento aspiradas pelo resto do mundo e que os presentes fluxos de recursos permitiriam os padrões norte-americanos a um máximo de 18% da presente população mundial. Na virada desta década os países desenvolvidos possuíam cerca de 24% da população do mundo, consumiam aproximadamente 75% da energia gerada e respondiam por cerca de 70% das emissões totais anuais de dióxido de carbono (se considerarmos o período 1950-80 a participação nas emissões é de 77%). Atualmente, cerca de menos de 1/4 da população mundial consome aproximadamente 80% dos bens e mercadorias pro-

duzidas pelo homem. Em 1998, segundo o Banco Mundial, só os consumidores americanos que somavam menos de 5% da população do planeta, foram responsáveis por metade da taxa de crescimento do consumo internacional.

*"Os países super desenvolvidos não querem limitar o consumo, porque o crescimento econômico é o que adia o conflito social e distrai a atenção a respeito do problema de distribuição de renda e riqueza."*

Até que ponto o crescimento econômico pode levar a um verdadeiro progresso humano deve ser questionado. Não se pode confundir crescimento econômico com desenvolvimento, que possui dimensões sociais, ambientais e econômicas. Basear-se no PIB e na renda nacional como indicadores primários de desenvolvimento, conduz a políticas e instituições que promovem um crescimento econômico que negligencia o progresso social e a melhoria do meio ambiente. Para avaliar o nível de desenvolvimento, devemos nos basear em indicadores sociais e ambientais. Da mesma maneira que o aumento do produto é um guia incerto ao crescimento do bem-estar, a elevação do bem-estar pode ser obtida às custas de aspectos não materiais da satisfação humana. O progresso deve ser avaliado pela qualidade de vida (nível cultural, saúde, longevidade, um meio ambiente saudável, acesso ao lazer, etc.), e não apenas pelo consumo material. Renda nacional e PIB per capita espelham o progresso material.

Portanto, é necessário que conceitos como os de desenvolvimento e crescimento econômico sejam redefinidos, para que as metas da sociedade também possam ser modificadas.

Nada garante que incrementos de renda per capita a partir de determinado ponto, aumentem a qualidade de vida. Diversos estudos realizados nos EUA demonstraram que o crescimento da renda não foi acompanhado pelo aumento de felicidade das pessoas. Richard Easterlin, ao analisar estas pesquisas, constata que a satisfação obtida por cada indivíduo é relativa a das outras pessoas; no curto prazo ela se dá na medida em que se sobe na escala de renda, mas no longo prazo a proporção de pessoas que se declaram felizes permanece constante. Tibor Scitovsky, a partir da teoria psicológica contemporânea, demonstrou que o nível de satisfação não depende - ou pelo menos não só - do nível de renda, mas de sua taxa de crescimento. Conclui que deveríamos crescer mais rapidamente para estar mais contentes, e continuar crescendo para manter o mesmo nível de satisfação. Um estudo de Daly & Cobb, do período 1950-86, comprova tal conclusão ao revelar que os americanos têm estado trabalhando duas vezes mais, apenas para manter o mesmo nível de bem-estar per capita, atingido vinte anos antes.

Embora, se considerarmos a imensa massa da população mundial que detém baixíssimos níveis de renda, certamente um acréscimo de renda provocaria um significativo efeito positivo no nível de satisfação. O que não exclui o questionamento da real necessidade de crescer dos países desenvolvidos, uma vez que já atingiram altos níveis de renda. O crescimento deveria ser evitado na medida que significa a saturação de cada vez mais necessidades triviais, enquanto simultaneamente se criam sérios problemas ambientais.

Sendo assim, se faz necessário orientar o crescimento de forma a compatibilizá-lo com um progresso verdadeiramente humano.

O fato é que, frente ao contexto social, as visões mais pessimistas sobre compatibilizar desenvolvimento econômico com preservação ambiental (destacando-se os limites físicos ao crescimento) foram sendo superadas pelas que defendem a conciliação possível entre crescimento

econômico, justiça social e prudência ecológica, sintetizadas pelo conceito de desenvolvimento sustentável.

A consciência ecológica vem ganhando espaço no dia a dia das pessoas, conquistando um lugar de destaque como índice de qualidade de vida. O questionamento da preservação do meio ambiente, inicialmente restrito aos países desenvolvidos, incorporou crescentemente a problemática ambiental dos países em desenvolvimento, culminando com o reconhecimento mútuo da necessidade de um esforço conjunto, de ações integradas entre todos os países, para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável ■

*O Clube de Roma também passaria a ser conhecido, após relatórios posteriores ainda mais sombrios, como o "Clube do Juízo Final". Deve-se ter em mente que além do crescimento populacional que pressiona o meio ambiente, o significativo aumento da expectativa de vida agrava o problema. Isto não se observa apenas no Terceiro Mundo, a União Européia que sempre se apoiou no crescimento econômico como forma de atingir o pleno emprego, tem justamente experimentado crescimento sem empregos. Furtado tem uma visão bastante pessimista, embora fundamentada, da possibilidade dos países do terceiro mundo superarem o subdesenvolvimento: "Um incremento na taxa de crescimento tende a agravar a tanto dependência externa quanto a exploração interna. Deste modo, altas taxas de crescimento, longe de reduzir o subdesenvolvimento tendem a agravá-lo, na medida em que tendem a aumentar as desigualdades sociais." (FURTADO, 1974)*

\*RICARDO AZEVEDO SILVA é Mestrando da Curso de Desenvolvimento Econômico, Espaço Meio Ambiente, na UNICAMP.

# DESENVOLVIM

\* DANIELLE CONCEIÇÃO CRUZ BERGER

\*\* JÁIRA MARIA ALCANTARA GOMES

## I. INTRODUÇÃO

*Picos, município do Estado do Piauí, faz parte da Mesorregião do Sudeste Piauiense e da Microregião Geográfica de Picos. Localiza-se no semi-árido piauiense, na Bacia Hidrográfica do rio Guaribas.*

*O estudo "Desenvolvimento Humano, Renda e Pobreza no município de Picos (PI)" tem como objetivo geral analisar o grau de desenvolvimento humano e suas relações com a renda e pobreza.*

*Os objetivos são:*

1 - Analisar o grau de desenvolvimento humano do município, através de suas dimensões longevidade, educação e renda;

2 - Interpretar o nível de condições de vida em Picos, a partir de seus indicadores longevidade, educação, renda, infância e habitação;

3 - Conhecer a desigualdade da distribuição da renda e a pobreza no município, identificando os fatores sócio-econômicos que as influenciam.

*Os métodos estatísticos utilizados são o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), o Índice de Condições de Vida (ICV), a medida de desigualdade "I" de Theil e a medida de pobreza, porcentagem de pessoas com renda insuficientes (Pi).*

*A metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) foi desenvolvida por um grupo de pesquisadores da Fundação João Pinheiro (FJP) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), para um estudo pioneiro sobre o desenvolvimento humano nos municípios mineiros, realizado em 1996, baseado na metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas (ONU).*

*O IDH-M combina três componentes básicos do desenvolvimento humano:*

1 - A longevidade, que reflete as condições de saúde da população; medida pela esperança de vida ao nascer.

2 - A educação, medida pela taxa de analfabetismo na população de 15 anos e mais e pelo número médio de anos de estudo da população adulta (25 anos ou mais).

3 - A renda, medida pelo poder de

# DESENVOLVIMENTO HUMANO, RENDA E POBREZA NO MUNICÍPIO DE PICOS (PI)

compra da população, baseado na renda familiar per capita média ajustada.

O cálculo do IDH-M envolve a transformação das três dimensões por ele contempladas (longevidade, educação e renda) em índices que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor); e a combinação desses índices em um indicador sintético. Quanto mais próximo de 1 o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do município ou região.

Para classificar os municípios e as regiões em três grandes categorias, foram estabelecidas as seguintes faixas, conforme metodologia da ONU (Organização das Nações Unidas):

- $0 < \text{IDH-M} < 0,5$   
Baixo Desenvolvimento Humano
- $0,5 \leq \text{IDH-M} < 0,8$   
Médio Desenvolvimento Humano
- $0,8 \leq \text{IDH-M} \leq 1$   
Alto Desenvolvimento Humano

O Índice de Condições de Vida (ICV) é uma extensão do Índice Municipal de Desenvolvimento Humano (IDH-M), que abrange, além das dimensões longevidade, educação e renda, outros indicadores destinados a avaliar as dimensões infância e habitação. Além de incorporar essas duas novas dimensões, ela acrescenta várias outras variáveis, destinadas a captar outros aspectos das dimensões longevidade, educação e renda, que estavam presentes no IDH-M. O ICV resulta, então, da combinação de cinco dimensões:

1 - A longevidade, medida pela combinação da esperança de vida ao nascer e da taxa de mortalidade infantil;

2 - A educação, medida pela combinação da taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais, do número médio de anos de estudo da população de 25 anos e mais, da porcentagem da população com menos de 4 anos de estudo, da porcentagem da população com menos de 8 anos de estudo e da porcentagem da população com mais de 11 anos de estudo;

3 - A renda, medida pela combina-

ção da renda familiar per capita média ajustada (RFPC), do grau de desigualdade e do grau de desigualdade na população com renda insuficiente;

4 - A infância, medida pela combinação da porcentagem de crianças que não frequentam a escola, da defasagem escolar média, da porcentagem de crianças com mais de um ano de atraso escolar e da porcentagem de crianças que trabalham;

5 - A habitação, medida pela combinação da porcentagem da população que vive em domicílios com densidade superior a duas pessoas por dormitório, da porcentagem da população que vive em domicílios duráveis, da porcentagem da população urbana que vive em domicílios com condições adequadas de abastecimento de água e da porcentagem urbana que vive em domicílios com instalações adequadas de esgoto.

A metodologia de cálculo do ICV envolve a transformação das cinco dimensões por ele contempladas (longevidade, educação, renda, infância e habitação) em índices que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor), e a combinação destes índices em um indicador sintético. Quanto mais próximo de 1 o valor deste indicador, melhor será a qualidade de vida do município ou região.

A classificação dos municípios e das regiões nas categorias, baixa, média e alta condição de vida seguem as mesmas faixas estabelecidas pela ONU e citadas anteriormente.

A medida de desigualdade "L" de Theil indica que para uma distribuição totalmente igualitária, L é igual a zero e quanto maior a desigualdade, maior o seu valor. Como baseia-se no logaritmo das rendas, este índice não pode ser calculado se qualquer renda for nula. Por essa razão, o cálculo do Theil-L implica a exclusão dos indivíduos com renda zero.

A medida que a pobreza utilizada é a porcentagem de pessoas com renda insuficiente (Pi), que representa a proporção de pessoas de que se encontram com renda per capita inferior a 50%

do salário mínimo (de 1º de setembro de 1991).

Essa pesquisa possibilita o conhecimento das deficiências do município, podendo subsidiar estratégias e políticas públicas que visem novos padrões de desenvolvimento sustentável, promovendo a diminuição da pobreza e das desigualdades.

Analisam-se os índices IDH-M, ICV e grau de desigualdade e a pobreza absoluta calculadas pelo PNUD/IPEA/FJP/IBGE (1998) no atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil para os anos de 1970, 1980 e 1991, visto que a base de cálculo dessas medidas são as informações censitárias. Complementa-se as informações através do Censo Demográfico de 1991 e Censo Agropecuario 1995-1996.

## 2. O GRAU DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO MUNICÍPIO DE PICOS

O censo demográfico de 1991 registrou para o município de Picos uma população total de 78.409 habitantes, que correspondem a 3,04% da população total do Piauí e a 46,00% da população total da microrregião geográfica de Picos. O território do município é de 1.870,30 quilômetros quadrado.

A maior parte da população reside na zona urbana (58,12% da população total), o que também observa-se para o Brasil (75,95%), a região Nordeste (60,65%) e o estado do Piauí (52,95%).

O município de Picos possui baixo grau de desenvolvimento humano (0,493), em 1991, mas seu índice é maior que o da microrregião geográfica de Picos (0,438) e que o do estado do Piauí (0,468). O IDH-M do município era de 0,253 em 1970 e de 0,368 em 1980, portanto, houve um crescimento de 94,4% entre 1970 e 1991.

Considerando os 118 municípios do estado do Piauí em 1991, Picos ocupa a 7ª posição. Os municípios de Teresina (0,688), Floriano (0,565) e Guadalupe (0,507) possuem índice de desenvolvimento humano municipal maior que o de Picos.

O baixo grau de desenvolvimento humano do município deve-se às condições educacionais e à renda. A taxa de analfabetismo é de 38,4% e a renda familiar per capita média é de 0,6 salários mínimos (setembro de 1991).

O índice de condições de vida em Picos que era de 0,348 em 1970, passa a 0,461 em 1980 e chega a 0,579 em 1991. Um crescimento de 66,4% no período considerado.

Verifica-se que o município atinge médio nível de condições de vida em 1991, e seu ICV não é melhor devido, principalmente, à alta taxa de analfabetismo (38,4%) e o baixo número médio de anos de estudo (3,2 anos).

ressalta-se que o município possui elevada desigualdade de distribuição de renda ( $L=0,62$ ), o que também verifica-se na Microrregião de Picos ( $L=0,62$ ) e no Estado do Piauí ( $L=0,76$ ). Além disso, há em Picos uma alta proporção de pobres (69,23%). Na Microrregião essa proporção é de 78,37% e no Piauí é de 78,14%.

A elevada desigualdade pode ser explicada pelo baixo número médio de anos de estudo (3,2 anos) e pela porcentagem de pessoas que trabalham por conta própria (36%).

A alta proporção de pobres é influenciada pela baixa escolaridade, pela porcentagem do pessoal ocupado no setor de serviços (51,61%), que engloba as pessoas que trabalham no setor informal onde não existem os mecanismos de proteção social (carteira assinada, 13º salário). Destaca-se que o valor da produção agropecuária destinado ao auto-consumo é de aproximadamente 30%, segundo Censo Agropecuário 1995-1996.

Recomenda-se que as políticas públicas passem, prioritariamente, pelo incentivo à educação, como forma de garantir um melhor grau de desenvolvimento humano ao município.

\*DANIELLE CANCINA CRENENBERGER é economista e bolsista EP do TROPEN/UFPI/ CNPq

\*\*JARA MARIA ANTUNES GOMES é Prof. Adjunta do Departamento de Economia UFPI, Pesquisadora do TROPEN/UFPI e Doutora em Economia Aplicada ESALQ/ USP

# A UFPI E O

\*WASHINGTON LUIS DE SOUSA BONFIM

A teoria econômica recente tem enfatizado a idéia de que os novos fatores locacionais para o desenvolvimento não mais se ligam à terra, abundância de mão-de-obra e de recursos naturais, chamados tradicionais e com peso cada vez menor em relação aos não-tradicionais, compostos por fatores como a qualificação da mão-de-obra, recursos tecnológicos, vida cultural, existência de centros de pesquisa e desenvolvimento e disponibilidade de serviços altamente especializados.

No Piauí, quando se fala em desenvolvimento, no geral os debates remetem às nossas potencialidades naturais, em especial na discussão sobre os cerrados. O que gostaria de sugerir então, é a necessidade de mudança de enfoque na discussão, conferindo privilégio à busca de alternativas concretas para o Estado, sobretudo no que diz respeito às perspectivas de inserção de nossa economia em um ciclo virtuoso de crescimento econômico.

O ponto fundamental diz respeito às possibilidades que a UFPI poderia oferecer em termos de conhecimento e pesquisas sobre o Piauí, em registro que permitisse a formação de recursos humanos especializados e preocupados com as temáticas da governança, do planejamento, da gestão empresarial e da cultura, em chave interpretativa voltada ao objetivo de constituir um programa de pesquisas fortemente engajado com o compromisso de servir de ponto de apoio ao desenvolvimento estadual.

É mister então, anotar duas questões importantes. Por um lado, apesar de se aproximar de seus trinta anos de existência, a Universidade Federal ainda não conseguiu consolidar-se como uma instituição de tradição em pesquisa acadêmica. Muito longe disto, a limitação do número de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, todos eles de mestrado, o baixo índice de titulação de seu corpo docente

e a dedicação quase exclusiva ao ensino de graduação e as pós-graduações *lato sensu* revelam o perfil de uma instituição que tem muito ainda a caminhar na direção de criar conhecimento, formar recursos humanos de alta qualificação e, sobretudo, oferecer condições para que se desenvolvam novas tecnologias e processos que nos auxiliem na recuperação do Estado.

*"... apesar de se aproximar de seus trinta anos de existência, a Universidade Federal ainda não conseguiu consolidar-se como uma instituição de tradição em pesquisa acadêmica."*

Outra questão importante é relativa ao estágio atual em que a UFPI se encontra. De um lado, pressionada pelo ambiente hostil da política econômica e educacional do Governo Federal. Por outro, vítima dos erros e omissões característicos de um organismo público que conviveu durante longo período com administrações que, a despeito de a terem estruturado, legaram-na em um ambiente institucional perverso, originário de práticas clientelistas, um certo nepotismo e, acima de tudo, compromisso quase nulo com excelência acadêmica e científica, salvo dignas e honrosas exceções, que convivem diuturnamente com as barreiras e bloqueios típicos de uma política provinciana, que se utiliza de indicadores não acadêmicos para mensurar suas administrações, em geral miopes do ponto de vista da busca de oportunidades de desenvolvimento institucional e profundamente limitadas quando se trata de avançar oportu-



# DESENVOLVIMENTO

nidades de intercâmbio científico e tecnológico.

Este é certamente um diagnóstico negativo, pessimista e, de certa maneira, também míope, pois, olha o passado e o projeta para o presente sem deter-se às concretas possibilidades de mudanças. Trata-se, enfim, de uma visão estática da realidade, pouca atenta aos microfatos que proporcionam esperanças de sobrevivência a uma instituição cujo destino terá de ser, inevitavelmente, assumido à dianteira dos processos de estruturação da ciência e tecnologia estaduais.

Tive, em oportunidade anterior, a chance de comentar o auspício que representam os núcleos de pesquisa que vêm sendo criados por toda a universidade, reunindo, em sua maioria, equipes interdisciplinares cuja meta tem sido a produção de conhecimento sobre aspectos importantes de nossa realidade, além de estarem se constituindo em ótimo celeiro de formação de recursos humanos para a pesquisa acadêmica, que no futuro poderão nos ajudar a dar continuidade à reconstrução da UFPI, a partir de uma perspectiva comprometida com os tais fatores locais e não tradicionais de desenvolvimento.

Neste sentido, há um aspecto fundamental da presença destes núcleos que gostaria de enfatizar: sua vocação para destituir os departamentos como unidades primordiais de estruturação da universidade. A discussão sobre a falência da estrutura departamentalizada das universidades não é nova e está baseada em argumentos diversos, que vão desde a impraticabilidade da gestão universitária através deste modelo, até a característica epistemológica rígida e ultrapassada que trazem consigo, basicamente desconhecendo o fenômeno da interdisciplinaridade e tolhendo iniciativas acadêmicas que, possuindo aquele traço, apontam caminhos promissores para a pesquisa e a formação de recursos humanos.

Um segundo aspecto digno de nota, na ênfase dinâmica de análise que gostaria de imprimir à reflexão sobre a UFPI, diz respeito ao conjunto de pesquisas e conhecimentos que têm sido trazidos no bojo das inúmeras dissertações e teses que vêm sendo defendidas por nossos professores. Ali está, no meu entendimento, a matéria-prima básica da qual se extrairão as questões e os problemas de pesquisa que devem marcar o início da inserção da instituição no contexto científico nacional, reclamando a temática regional como elemento contextual crítico para a perspectiva de teorização sobre a realidade brasileira. Mas, o que nos falta então para dar a largada e avançar no sentido de tomar à dianteira do debate sobre o futuro e o destino de nosso Estado? Desta feita, o diagnóstico passa pelo retorno aos aspectos históricos, anteriormente citados, que fazem parte do legado institucional da universidade. O primeiro deles diz respeito ao excesso de regulações e de vida burocrática existentes. É possível construir carreiras inteiras voltadas ao aprendizado e exercício de tarefas burocráticas absolutamente estéreis, que imprimem à dinâmica da vida da instituição um ritmo lento, exasperante e perdulário, em termos de tempo e recursos gastos na satisfação de requisitos estranhos à proficiência e eficácia do trabalho acadêmico e científico.

Em segundo lugar, após o período ditatorial montou-se uma estrutura colegiada de decisões que, além de impedir a determinação de responsabilidades sobre destinos e atos relativos ao dia a dia da universidade, terminam por transformar o cotidiano dos professores em um sem fim de reuniões maçantes, debates infrutíferos sobre o óbvio ululante e, mais do que isso, a quase absoluta incapacidade de planejar, no longo prazo, atribuir responsabilidades específicas e criar relacionamentos duradouros entre projetos acadêmicos individuais e institucionais.

Em terceiro lugar, e não menos importante, está uma certa decadência da atividade de ensino no interior da instituição. Por paradoxal que pareça, vive-se a estranha situação de, na maioria dos cursos, professores e alunos dedicarem-se às lides do autoengano, que no final da década de 80 atendi pelo nome de *pacto da mediocridade*. O paradoxo fica por conta do discurso comum de que a excelência, a qualidade e a dedicação ao conhecimento já constituem traços básicos do perfil de um profissional com chances de se estabelecer no mercado de trabalho. No entanto, em todos esses anos, os argumentos para justificação da irresponsabilidade não mudaram, de ambos os lados. Para uns continuam sendo os salários baixos, a falta de condições de trabalho, e blá, blá, blá. Para outros, são as condições de vida, o trabalho, a falta de perspectivas pós-formatura e um rosário de amúrias, algumas justificadas, outras, certamente a maioria, escondendo a limitação de interesse e horizontes pessoais. No agregado, a impressão geral é que não produzimos conhecimento, fato que pode ser mensurado pelo baixo volume de publicações de nossos professores; também não estamos ensinando bem, algo mais difícil de mensurar, salvo pelos novos mecanismos de controle do ensino superior implantados recentemente pelo MEC.

*"Ao insistirmos em reproduzir o passado e olharmos as dificuldades como obstáculos intransponíveis, estaremos apenas seguindo a trilha de atraso e exclusão de que tanto reclamamos."*

Volto então ao ponto inicial. A UFPI tem enorme responsabilidade do ponto de vista da criação de condições para o desenvolvimento dos fatores locais não-tradicionais para o superamento da economia piauiense. Isto não significa, é bom que se esclareça, uma ênfase em ensino de tipo tecnológico, voltado para o mercado, ou do tipo utilitário, para usar uma expressão mais geral. Ao contrário, trata-se de ativar nossas potencialidades intelectuais em toda a sua plenitude, reorganizando a instituição do ponto de vista burocrático; avançando no sentido de parcerias com ONGs e instituições internacionais de apoio e fomento à pesquisa e ao desenvolvimento; investindo esforços e recursos na qualificação do corpo de funcionários da instituição; encaminhando discussões abertas e transparentes sobre o futuro e alternativas institucionais; criando condições infra-estruturais e de trabalho para aqueles que buscam dedicação à pesquisa científica; estimulando a pós-graduação *stricto sensu* em postura pró-ativa, com a Pró-Reitoria funcionando como elemento indutor e facilitador de projetos; finalmente, investindo pesadamente no redesenho institucional, de forma que nossas fraquezas atuais sejam elementos motivadores para o desenvolvimento de habilidades e talentos cruciais para o Estado.

Ao insistirmos em reproduzir o passado e olharmos as dificuldades como obstáculos intransponíveis, estaremos apenas seguindo a trilha de atraso e exclusão de que tanto reclamamos. A mudança, porém, não depende apenas de boa vontade, é necessário um projeto, denso, claro, fruto de discussão aberta entre os vários setores da vida universitária. No entanto, este, é condição necessária, mas não suficiente. É igualmente fundamental o comprometimento, que implica revisão de prioridades, enfrentamento de resistências e garimpagem de apoios. Será que há agenda mais urgente para o próximo Reitor? ■

\* WASHINGTON LUIS DE SOUSA BONFIM é professor do Dept de Ciências Sociais/UFPI e Doutor em Ciência Política.

## A EDUCAÇÃO E O PROCESSO DE CONVERGÊNCIA

\* ALMIR BITTENCOURT DA SILVA

\*\* MANOEL BOSCO DE ALMEIDA

O crescimento econômico moderno é caracterizado por elevadas e contínuas taxas de crescimento da renda *per capita* dos países. Um fato marcante nesse processo é que a elevação da renda *per capita* tem-se dado mesmo frente a elevadas taxas de crescimento populacional e sem a incorporação, no processo produtivo, de significativos recursos econômicos.

Tal resultado somente tem sido possível devido ao constante crescimento da produtividade agregada, o qual resulta da contínua introdução de inovações tecnológicas no processo produtivo. Essas inovações, por seu turno, estão cada vez mais relacionadas ao avanço da ciência. Disso resulta a crescente importância tanto da ciência como da taxa de avanço tecnológico na determinação dos padrões de crescimento e aumentos de produtividade da economia, particularmente no setor industrial, bem como nas variações ao longo do tempo desses padrões entre países e entre indústrias de um mesmo país.

As diferenças nos padrões de crescimento entre países, por outro lado, têm-se constituído em um ponto central das teorias de crescimento e desenvolvimento econômico. Dados sobre renda *per capita* e produtividade, por exemplo, mostram grandes disparidades nos níveis e nas taxas de crescimento entre países e particularmente entre países ricos e pobres. Um aspecto a se destacar é que para um número expressivo de países esse hiato de renda *per capita* parece um fosso intransponível e no caso de muitos países em desenvolvimento esta distância que separa níveis distintos de padrões de vida tem na

realidade até mesmo aumentado ao longo do tempo.

Examinando os países desenvolvidos, principalmente os integrantes da OECD, constata-se uma contínua redução das disparidades e, portanto, uma maior equalização dos padrões econômicos de todo o conjunto de países que formam a mencionada organização. Este processo, que se convencionou qualificar de hipótese da convergência, é também denominado de processo de homogeneização, em contraposição ao processo de convergência conhecido por *catch-up*.

Este último, por sua vez, corresponderia a uma tendência de redução nos hiatos de produtividade e renda *per capita* entre países atrasados e desenvolvidos, mesmo em face da elevação do padrão de vida observado nestes últimos, resultando então na redução das desigualdades entre países ricos e pobres tanto em termos absolutos como relativos. A referida hipótese em sua essência procura examinar as causas para a existência de diferenciais de produtividade e renda *per capita* entre países e, em particular, por que razão em alguns casos os hiatos têm-se mantido ou mesmo ampliado, e em outros, diminuído.

Vários estudos dedicam especial atenção ao exame da contribuição de um conjunto de variáveis para o processo de convergência da produtividade ou do produto *per capita*. Muitos desses trabalhos têm investigado o caso da relevância da educação na explicação e influência sobre o crescimento econômico dos países e na intensificação dos processos de convergência. Na maioria dos estudos, pro-

cura-se examinar com minúcia a importância relativa dos três níveis de escolaridade – primário, secundário e superior – sobre o referido processo, a partir dos dados de matrícula e do grau de escolarização da força de trabalho. Uma das conclusões básicas sugere que a disponibilidade de educação fornecida aos habitantes de determinado país constitui um dos mais importantes fatores na explicação da redução do hiato de renda *per capita* observado entre as economias atrasadas e as mais prósperas.

Essa conclusão decorre sobretudo da constatação de que o grau de escolarização também age indiretamente como um fator impulsionador do crescimento por meio de seu efeito positivo sobre o investimento e, mais ainda, as evidências mostram a existência de uma forte complementaridade entre o investimento e a disponibilidade de força de trabalho qualificada, resultando que a convergência nas taxas de investimento em capital humano são acompanhadas de convergência nas taxas de investimento em capital físico.

Esse fato vem reforçar a necessidade de os países mais pobres mobilizarem recursos crescentes para investimento em todos os segmentos da educação, a fim de propiciarem a configuração de um efetivo processo de convergência do produto *per capita*. O desenho de políticas de desenvolvimento assentadas apenas no crescimento do estoque de capital físico não resultará em expansão sustentada da economia como, apesar de tudo, muitos ainda hoje acreditam. ●

\*ALDIR BALENCOURI DA SILVA é professor do Dept. de Economia, UFPI, Mestre em Teoria Econômica/CAEN

\*\*MARCOS BORGES DE ALMEIDA é professor de Economia do Curso de Doutorado em Economia da UFPA

## A GÊNESE DA ECONOMIA COMO CIÊNCIA

\*SEBASTIÃO CARLOS DA ROCHA FILHO

Já nos perguntamos: Por que somente no Século XVII a economia surge como ciência? Por que somente neste período é rompido definitivamente o cordão umbilical com a filosofia e a teologia? Este artigo pretende fazer uma reflexão sobre tais questionamentos com o objetivo de perceber qual o lugar da Ciência Econômica na escala evolutiva do pensamento humano. Perceber também quais os fatores de ordem filosófica, política e teológica que contribuíram para tal fim.

Uma semente para germinar precisa de um terreno fértil. A Economia não poderia surgir em um ambiente que não fosse propício. O mundo primitivo, antigo e medieval era caracterizado por fatores incompatíveis com a lógica de pensamento que deu fruto ao mundo moderno. Somente uma revolução no campo do trabalho, da religião e da filosofia seria capaz de fertilizar tal terreno. Mas, quais as características de tamanha infertilidade?

A preocupação humana com o problema da sobrevivência material é tão antiga quanto o próprio homem. O trabalho sempre foi o instrumental fundamental para satisfazer as necessidades vitais do homem. Porém, quando falamos de trabalho como gerador de riqueza nos surpreendemos porque é tão recente quanto o relógio mecânico. A sobrevivência das sociedades antigas era mantida através da força, com o trabalho escravo, ou da tradição familiar onde as profissões eram passadas de pai para filho. Os gregos por exemplo, tratavam o trabalho como uma atividade inferior. Era a atribuição dos escravos, classe inferior e desprovida de virtudes e saber. A atividade por excelência dos gregos era a política e a filosofia. Foi Aristóteles, o sistematizador do pensamento grego antigo, quem caracterizou a economia como atividade prática não direcionada à pólis, lugar privilegiado dos sábios.

Todos os pensadores antigos colocaram o conhecimento ligado às questões da natureza como inúteis e desprovidos de racionalidade. Racional era o mundo metafísico, das

ideias, supra-sensível.

Analisemos agora o terreno medieval. Todos nós sabemos que a cultura medieval é uma herança decadente da cultura grega. Foi o pensamento de Platão, Aristóteles e das correntes filosóficas do helenismo que serviu de base para a configuração daquilo que podemos chamar de "Pensamento Medieval". Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino foram os referenciais do conhecimento durante dez séculos, foram eles que definiram a metafísica cristã e a ética em relação ao trabalho, mercado e capital. Rotularam a busca da riqueza pela própria riqueza como pecado como também não concebiam o conceito de propriedade como fruto do ganho, do lucro. O homem medieval era um homem prisioneiro das estruturas políticas, sociais e religiosas. Livre era o homem sem fé, Deus e Senhor.

Não foi só a cultura grega que influenciou a cultura medieval, traços da cultura judaica também são marcantes dentro do pensamento cristão pois a religião católica é uma dissidência do judaísmo antigo. A aversão ao comércio é uma marca profunda. O comércio favorece o contato com povos estrangeiros, porém a figura do estrangeiro é vista de forma negativa como os escravos. Foi o contato com estrangeiros que fez com que o Império de Davi fosse dominado e o Povo de Deus condenado ao exílio.

*"A sobrevivência das sociedades antigas era mantida através da força, com o trabalho escravo, ou da tradição familiar onde as profissões eram passadas de pai para filho. Os gregos por exemplo, tratavam o trabalho como uma atividade inferior."*

Até o primeiro cisma católico se deu por conta do estrangeiro pois São Pedro queria que o Evangelho de Cristo fosse pregado aos judeus, povo escolhido por Deus para libertar as nações, e São Paulo aos gregos. Seria difícil para a economia surgir como ciência no mundo em que o trabalho, a terra e o capital não eram vistos de forma abstrata. Havia a coexistência entre esses fatores como necessidade de sobrevivência mas como substrato de lucro e riqueza não. Neste ambiente temas ligados à moral, filosofia e fé eram bem vindos, só não tinha lugar para problemas econômicos. Foi de extrema importância o rompimento com tais concepções para que uma nova postura em relação à economia surgisse e para que um novo modo de produção pudesse aparecer.

As lutas camponesas dentro da estrutura feudal decadente abriram caminho para as monarquias centralizadas surgindo assim o espírito nacional que protegia as indústrias nascentes. No contexto religioso, a negação do pensamento aristotélico-tomista e a tolerância religiosa favoreceram o nascer de uma nova antropologia religiosa que viu no trabalho e na riqueza a piedade e a santidade. Finalmente o homem se torna livre da religião e do poder político.

O alcance do poder é possível através da pesquisa, pesquisa, trabalho, trabalho, lucro e lucro. O conhecimento deixa de ser privilégio dos sábios e a sabedoria humana não é uma categoria inferior à sabedoria divina, ou seja, neste novo terreno o homem acredita em si mesmo e em suas potencialidades. Agora, os valores metafísicos, filosóficos e teológicos já não são mais importantes, a especulação do conhecimento se dá não por revelação ou inspiração divina mas através da pesquisa empírica, provisória e imediata. A ciência se torna independente da filosofia e define seu próprio método. Neste contexto a economia surge como forma de especulação independente em um primeiro momento com os tísicratas, depois com Ricardo, Smith e Marx. ●

\*SEBASTÃO CARLOS DA ROCHA FILHO é professor do Dept. de Filosofia/UFPI e aliano de Curso de Economia/UFPI

# A Empresa Vo Recur

\*Tiago Cardoso Rosa

As empresas de supermercados, que pretendem oferecer para o consumidor um serviço de qualidade, como forma de conquistar sua presença em seus ambientes de compra, devem colocar a área de recursos humanos como estratégica. O sucesso dessas empresas depende diretamente de um bom recrutamento, seleção e treinamento de seus funcionários. Como diz Ferraz (1999, p.27), "hoje, o grande diferencial de uma boa gestão está em como a empresa mantém seus funcionários motivados."

A empresa voltada para o funcionário, aquela que tem o ativo humano como o recurso mais importante, tem melhores condições de oferecer um serviço de qualidade ao consumidor no momento em que ele realiza o ato de compra. A forma como o varejista se relaciona com seus funcionários define o tipo de organização. Empresas que se relacionam com respeito com seu pessoal têm mais oportunidade de conquistar a sua confiança e, isto define uma organização voltada para atender às necessidades e desejos de seus consumidores. Um ambiente organizacional de qualidade motiva o pessoal de forma emocional a trabalhar auto-estimado, envolvendo-se de maneira eficiente no desempenho de entregar um produto ou serviço, acrescentando benefícios na expectativa de sua clientela.

Na opinião de Huggard-Caine e Yoshimura (1999, p.40-41), a empresa para obter "o sucesso nos negócios tem muito a ver com boas políticas de reconhecimento e remuneração, bom ambiente de trabalho, treinamento e desenvolvimento, segurança financeira, saúde, bem estar e qualidade de vida dos funcionários" e, acrescenta como forma de melhorar o relacionamento empresa-funcionário e funcionário-empresa: "Quer que seus funcionários dêem atendimento personalizado ao cliente? Dê atendi-

mento personalizado a seus funcionários, fazendo com que eles entendam como é se sentir especial!"

Quando a empresa desenvolve uma política orientada para valorizar os funcionários, eles passam a realizar seu trabalho de maneira mais motivada, sentindo-se mais importante e realizado. Percebe-se que o funcionário possuidor desses requisitos passa a vê o cliente como uma pessoa participante do negócio e, como resultado, lhe tem mais respeito, ouvindo-lhes as reclamações e sugestões, na intenção de lhe acrescentar mais satisfação, quando estes estiver realizando suas compras no espaço das lojas.

Blecher (1999, p.14-20) explica que o ambiente de muitas empresas estão se tornando mais prazerosos para trabalhar, em virtude de que "há mais gente acreditando que seus superiores são honestos e éticos na condução dos negócios. Que cumprem o que prometem. O espírito de equipe é mais visível e reconhecido por um número cada vez maior de subordinados." Blecher (1999) continua explicando a mudança no ambiente empresarial. "Cresceu o capital de confiança tanto nas empresas como nos chefes. É bem superior hoje, do que três anos atrás, o número de funcionários que planejam permanecer por mais tempo no atual emprego."

Tudo esse movimento de mudança no perfil das empresas que querem construir uma visão de organização orientada para atender sua clientela com um serviço de excelente qualidade, perceberam que só conseguirão alcançar sucesso se, principalmente, desenvolver políticas motivacionais que fortaleçam a auto-estima de seus funcionários. Mas uma motivação com justiça, que inclua não só os valores monetários e, principalmente, os não monetários, onde o desempenho individual ou por

# Itada para a Área de sos Humanos

equipe deve ser o grande orientador das promoções. As empresas que assim procederem, conseguirão uma maior frequência dos consumidores em seus pontos de vendas. O cliente fica contente quando ele percebe que a organização é justa com seus funcionários. Eles passam a frente esta satisfação. É a conquista do cliente a um custo zero. Cliente feliz é um multiplicador de consumidores.

Uma estratégia importante que deve ser implantada nas empresas, qualquer que seja o ramo varejista, em destaque às de supermercados, para melhorar o relacionamento empresa-funcionário, na opinião de Matias, da Compaq citado por Iacomino (1999, p.24), é que "na velocidade frenética com que os negócios se desenvolvem, não há outra forma de gerenciar as pessoas se não for ouvindo realmente o que elas têm a dizer, estejam elas em que posição estiverem. "Compreende este executivo que as pessoas são importantes e se sentem automotivadas quando são ouvidas, contribuindo assim com suas idéias para melhorar o processo (administrativo) ou a qualidade do serviço no sistema de venda.

As empresas que pretendem ou estão trabalhando os componentes da inteligência emocional (auto-conhecimento, autocontrole, auto-motivação, empatia e socialização), com seus funcionários estarão contribuindo na construção de um ambiente de trabalho sadio onde as pessoas se respeitam e têm orgulho de trabalhar uma com as outras. Onde o conflito se existir com diz Senge (1996, p.173), "assume um significado diferente não é mais um ataque pessoal, contrapondo uma opinião à outra. Ao contrário, passa a ser um questionamento conjunto de como as diferentes perspectivas podem ser combinadas afim de aumentar a compreensão do problema ou assunto que está sendo tratado."

Nesta atmosfera, as pessoas se ajudam, mutuamente, na solução de uma situação complicada. Isto é, ninguém vai a cata de culpados e, sim, resolver o problema que apareceu. Esta atitude promove um aumento de produtividade, qualidade nos serviços e respeito pelo consumidor. Isto acontece porque pessoas motivadas são felizes e sendo felizes são produtivas.

Para Bernardi (1999, p.10), a empresa para ser considerada pelas pessoas um ótimo lugar para trabalhar "tem que investir nelas, treiná-las e permitir que cresçam na carreira... Tem que tratá-las como sócias do negócio... Tem que mantê-las informadas sobre aonde a empresa quer chegar... Tem que oferecer um pacote atraente de remuneração e benefícios... Tem que proporcionar um ambiente de trabalho agradável... Tem que se preocupar com a qualidade e ter responsabilidade social... e também ter um ótimo chefe direto." Isto é, um líder no conceito real. As empresas que lidam com o consumidor final, precisam incorporar em suas estratégias de recursos humanos as recomendações apontadas por Bernardi (1999) para ser uma organização orientada para oferecer um serviço de excelência aos seus consumidores, como forma de mantê-los fiéis e conquistar o segmento dos clientes potenciais. Percebe-se que somente as organizações transparentes, éticas e honestas conseguem despertar o interesse do funcionário trabalhar motivado e, assim, acrescentar emoções agradáveis ao comportamento de compra do cliente em lojas. Para Gomes (1999, p.48-49), nove são os requisitos essenciais para classificar uma empresa como um excelente ambiente de trabalho. Estes requisitos são estratégias empresariais, que trabalhadas de forma eficiente torna o ambiente organizacional altamente comprometido em oferecer um serviço

de qualidade, no espaço de compra, encantando sua clientela. Estas estratégias possibilitam ao funcionário passar mais tempo na empresa o que diminui sua rotatividade e consequentemente, os custos de reposição com novos empregados. Assim como conquistar um cliente e mantê-lo a relação é de 5 para 1, acredita-se que a relação de conquistar e manter funcionários na empresa, deve ser mais onerosa que a relação custo cliente empresa.

*"O cliente fica contente quando ele percebe que a organização é justa com seus funcionários. Eles passam a frente esta satisfação."*

Comenta-se a seguir, na visão de Gomes (1999), os requisitos principais na construção de uma empresa no conceito real:

- A política salarial nessas empresas deve praticar salários no topo do mercado, como também oferecer participação nos resultados, política de remuneração variável e bônus, estendidos a todos os integrantes da organização;

- A regra básica neste quesito é oferecer o máximo de benefícios ao menor custo para o funcionário e sem fazer diferença entre os níveis hierárquicos. Um plano médico que cubra o maior número de doenças e tratamentos para todos e bancados pela empresa, e, entre outros como: atividades de lazer, programas de integração entre família e empresa, serviços pessoais e de conveniência, plano de aposentadoria com menor custo para o empregado e os programas de segurança financeiro, com empréstimos de urgência ou para compra da casa própria;

- As empresas devem possibilitar oportunidades de carreiras, através do processo de aprendizado contínuo. Outra, a empresa deve ter práticas formais que melhorem a empregabilidade do funcionário dentro da empresa e fora dela;

- A segurança e confiança na gestão está relacionada com o grau de confiança que os funcionários têm na empresa e em seus líderes. Os empregados sentem-se mais seguros quando as decisões tomadas são claramente explicitadas. Quanto o maior grau de confiança maior é a satisfação do funcionário no ambiente de trabalho da organização;

- A organização voltada para seus recursos humanos reconhece, via atitude prática, o trabalho das pessoas, festeja as vitórias coletivas e individuais, tem política formal de reconhecimento, como prêmios em dinheiro, viagens, diplomas e divulgação interna de ações excepcionais, ela desperta o orgulho do funcionário em trabalhar nela e do trabalho que nela realiza;

- A comunicação nestas empresas devem ser transparente e sempre uma via de mão dupla, funcionando de baixo para cima com a mesma eficiência que de cima para baixo. Os funcionários são livres para expor suas idéias sem serem censurados. Os chefes auxiliam seus liderados com motivação para experirem seus pensamentos. Os empregados são mais realizados numa empresa onde o conceito de comunicação é real;

- A camaradagem no ambiente de trabalho diz respeito ao sentimento que as pessoas têm uma com as outras no local de trabalho. Quando o clima organizacional é real, todos sentem-se como integrante de uma grande família. Elas se ajudam, gostam uma das outras, visitam-se fora do ambiente de trabalho e realizam suas tarefas de forma contente. Nestas organizações existe um clima de amizade no ar;

- O funcionário deve sentir que a empresa o valoriza, investindo nele, apostando em seu crescimento. A companhia deve oferecer treinamento e desenvolvimento que agreguem mais valor as suas competências essenciais. Com isto, a organização tem retorno maior sobre o seu investimento e um

funcionário auto-realizado;

- A empresa deve incentivar a inovação no sistema de trabalho, permitindo mais autonomia, liberdade e flexibilidade aos seus funcionários. Esta abertura possibilita ao empregado desenvolver seu processo criativo, ajudando a empresa a alcançar suas metas de forma segura. Estas estratégias conduzem as empresas a oferecer produto de qualidade e prestar um serviço de melhor qualidade quando os consumidores estiverem em seus pontos de vendas. Somente uma comunidade empresarial transparente, ética e honesta terá condições de oferecer um local de trabalho atraente e ser lembrada e recomendada por sua clientela, no momento que as pessoas se dispõem a realizarem suas compras ●

#### Bibliografia:

BERNARDI, Maria Amália. **Sócios no Negócio**. Revista Exame, as melhores empresas para você trabalhar. São Paulo: Abril, n° 695, 1999, p. 40-41.

BLECHER, Nelson. **Estrelado**. Revista Exame as melhores empresas para você trabalhar. São Paulo: Abril, n° 695, 1999, p. 14-20.

GOMES, Maria Teresa. **Entenda as estrelas do guia**. Revista Exame: São Paulo: Abril, n° 695, 1999, p. 48-49.

HUGGARD, CA. NÉ, Andrea, YOSHIMURA, Fátima. **Nem todas as melhores são iguais**. Revista Exame: as melhores empresas para você trabalhar. São Paulo: Abril, n° 695, 1999, p. 40-41.

ACOMINO, Dalen. **Mudança de hábito**. Revista Exame: as melhores empresas para você trabalhar. São Paulo: Abril, n° 695, 1999, p. 24-25.

SENGE, Peter M. **Como você sabe se sua organização está aprendendo?** In: WARDMAN, Kellie (coord.) criando organizações que aprendem. São Paulo: Futura, 1996, p. 171-175.

\*Tiago Carlos Rosa é professor do DECOM/UFPI. Mestre em Gestão Universitária e Doutorando em Ciências Empresariais pela Universidade del Museo Social Argentino. Linha de Pesquisa: Qualidade dos serviços nas empresas varejistas.

# PROFESSOR TIT

\*FRANCISCO HEITOR LEÃO DA ROCHA

## I. O FATO

A Universidade Federal do Piauí foi criada em novembro de 1968. Sua implantação ocorreu em 1° de março de 1971. Portanto, há 29 anos funciona como Universidade, se constituindo em pólo de crescimento e desenvolvimento para o Estado do Piauí.

Entretanto, jamais, ao longo da sua existência, a Universidade Federal realizou Concurso Público de Provas, Títulos e Defesa de Tese, para ingresso no cargo de Professor Titular.

Por conseguinte, os Professores Titulares Aposentados e na Ativa da Instituição, chegaram ao final da Carreira Docente de Ensino Superior, por outros meios, que não os previstos pela Lei n° 5.339, de 27 de novembro de 1968.

De acordo com dados fornecidos pela Diretoria de Recursos Humanos da UFPI, em decorrência de solicitação de informações formulada pela minha pessoa ao Magnífico Reitor através do Processo n° 006258/99-81, datado de 21 de junho de 1999, existem no corpo docente da Universidade quase mil professores. Deste total, 441 professores estão na classe de Adjunto e 19 na classe de Professor Titular, na ativa.

Em consonância com a Resolução CONSUN-UFPI n° 006/92, o professor que estiver na classe de Adjunto pode pleitear ingresso na classe de Professor Titular. Desta forma, aproximadamente 50% do corpo docente estão aptos a pleitear o ingresso no último nível da carreira, sendo este um dado expressivo, merecedor de atenção da ADUFPI e Administração Superior da Universidade.

O PUCRES - Plano Único de Cargos e Salários das Universidades Federais, contempla o Professor Titular como o final da carreira do Magistério de Ensino Superior. A Resolução CONSUN-UFPI n° 006/92, também afirma ser o Professor Titular o final

# ULAR: UMA QUESTÃO DE JUSTIÇA

da carreira docente do Magistério Superior. Portanto, não é aceitável que o corpo docente da Universidade fique tolhido nos seus direitos, ao atingir o cargo de Professor Adjunto Nível IV.

Até os dias atuais, o que ocorre é o encerramento precoce da carreira de Professor da Universidade, ao atingir o cargo de Professor Adjunto Nível IV, sem perspectiva de ascender ao cargo de Professor Titular que seja através de Concurso Público, ou pelo reconhecimento do direito à Promoção / Progressão Funcional.

Inúmeros Professores Adjuntos Nível IV já estão há mais de quatro anos, neste último nível da carreira de Adjunto, sem perspectiva de atingir o cargo de Professor Titular, pois a Universidade Federal do Piauí não cria condições para a mudança de cargo. A tendência é o aumento do número de Professores Adjuntos, Nível IV, que ficarão estagnados na carreira.

## 2. A AÇÃO

Tendo passado 04 anos exercendo relevantes cargos no bojo do Ministério da Educação, cedi-a formalmente pela Universidade Federal do Piauí, de acordo com a Legislação vigente, retornei à atividade acadêmica no Departamento de Ciências Econômicas, no qual sou lotado e parte integrante do Centro de Ciências Humanas e Letras, da UFPI, no início de 1999.

Durante a minha estada profissional no Ministério da Educação, não raro foram as vezes em que colaborei efetivamente para o sucesso de pleitos da minha Instituição acima dos interesses pessoais.

Foram ações efetivas na Secretaria de Educação Média e Tecnológica, em que trabalhava, na qualidade de Coordenador Geral de Planejamento e Gestão, responsável pelos Planos

de Investimento e Recuperação, das Escolas Técnicas, Escolas Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica, bem como das Escolas Técnicas de 2º Grau vinculadas às Universidades Federais.

Assim procedi com total despreendimento, com o interesse de contribuir para o crescimento e desenvolvimento da Universidade, que, indiscutivelmente, é um pólo de desenvolvimento no Estado do Piauí.

Ao retornar à Teresina, no início de 1999, em março, dei entrada no Protocolo Geral da Universidade, em um Requerimento e Exposição de Motivos, solicitando Promoção/Progressão Funcional, da Classe Professor Adjunto IV para Professor Titular, fundamentando que a transposição ocorreria mediante Ato Administrativo, via análise do pleito do Requerente, pelos órgãos competentes da Instituição, em razão de ser este o procedimento adotado no intervalo compreendido entre a Classe Professor Auxiliar Nível I e Professor Adjunto Nível IV. Partindo do princípio de que o Professor Titular é o final da carreira de Magistério do Ensino Superior, e a Classe imediatamente Superior ao do Professor Adjunto Nível IV, nada mais coerente e natural, que o acesso possa ocorrer de acordo com os critérios de promoção existentes no Ensino Superior. É contraditório existir Concurso Público para ingresso na carreira do Ensino Superior e outro Concurso Público para ascender ao cargo de Professor Titular, final da carreira do Magistério Superior.

Este processo foi negado pela Administração Superior da Universidade, e em grau de Recurso, pelo Conselho Universitário, sem análise de mérito mas apenas com a ênfase da Lei nº 5.539, de 27 de novembro de 1968, que afirma a necessidade de Concurso Público para ingresso no cargo de

Professor Titular.

Acrescido, que a Administração Superior da Universidade, perdeu uma oportunidade ímpar de discutir o assunto, firmar posição, e defendê-la a nível de Ministério da Educação, bem como no CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e ANDIFIES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

Quando o processo foi analisado pelo Conselho Universitário em agosto de 1999, houve a de liberação pelo Plenário da constituição de uma Comissão, a nível de CEPEX - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, para proceder o levantamento da situação dos professores da UFPI, quanto à questão do Professor Titular, como também, colher informações de outras Instituições Federais e Públicas a respeito do assunto. A Resolução do CEPEX assinada pelo Magnífico Reitor, que é o Presidente do Conselho, entrou em vigor em meados de outubro de 1999. Esta Comissão constituída de três membros, professores, está a desenvolver os trabalhos, devendo apresentar relatório conclusivo, ao Plenário do Conselho.

Como a Administração Superior nos pareceres emitidos nos processos de meu interesse, a respeito do assunto abordado, têm enfatizado que somente mediante Concurso Público é possível o acesso ao cargo de Professor Titular, em novembro de 1999, ingressei com requerimento solicitando ao Magnífico Reitor a abertura de Concurso Público, em Economia, com área de concentração, em Economia Internacional. Mais uma vez, o pleito foi negado com base no Decreto nº 2.983, de 05 de março de 1999.

O contraditório fica claro. A UFPI nega o pleito do requerente à Promoção/Progressão Fun-

cional, afirmando que o acesso ao cargo de Professor Titular dar-se-á somente mediante Concurso Público. O requerente, então, solicita à Universidade a abertura de Concurso Público, e esta nega afirmando existir impeditivo legal. De que maneira, então, o professor poderá galgar o cargo de Professor Titular?

### 3.0 RECONHECIMENTO DO DIREITO

A proibição para a realização de Concurso Público na Administração Pública Federal caducou em 31 de dezembro de 1999. No dia 4 de janeiro de 2000, renovei solicitação ao Magnífico Reitor, quanto à abertura de Concurso Público em Economia, com área de concentração em Economia Internacional. A decisão do Reitor foi de negar provimento ao pleito, sem entrar no mérito da questão, reconhecendo que não existe mais óbice legal para a realização do Concurso Público.

Na questão do Professor Titular, há outro fato relevante merecedor de destaque. Quando solicitei, em junho de 1999, ao Magnífico Reitor, informações concernentes aos Professores Titulares da Universidade, tive acesso à informação de que na vigência da Lei nº 3.539, de 27 de novembro de 1968, vários professores ascenderam ao cargo de Professor Titular, mediante Atos Administrativos. Em outras palavras, administrativamente, através de Atos da Reitoria, professores foram promovidos a Titular. Em face desta informação, solicitei ao Magnífico Reitor, igualdade de direitos, previsto na Constituição Federal de 1988, para com os professores que passaram a Titular administrativamente. Os Atos praticados pela Administração Superior são decisivos para o reconhecimento do direito de Promoção/Progressão Funcional. A resposta recebida foi lacônica, aventando que o assunto já havia sido tratado, não merecendo nova análise.

É importante enfatizar que os nossos processos foram todos protocolados no Protocolo Geral da Universidade. São direcionados

ao Magnífico Reitor, pois assim preceitua o Regimento Geral da Universidade. Não têm a finalidade de polemizar, e sim de fazer a Administração Superior reconhecer a existência de direito, que continua sendo prejudicado, e precisa de solução.

A Universidade Federal do Piauí é uma das excessões, dentre as 54 (cinquenta e quatro) Instituições Federais de Ensino Superior, vinculadas ao Ministério da Educação, a não realizar Concurso Público, para acesso ao cargo de Professor Titular.

As Universidades Federais, nos últimos anos, estão a passar por sérios problemas. A defasagem salarial dos professores é gritante. Esta defasagem tem conduzido ao desestímulo. Portanto, a Universidade, deveria priorizar a atuação perante o corpo docente, com a adoção de alternativas, capazes de estimular os professores a continuarem se dedicando ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão. A vertente do Professor Titular é notável, de direito, inserida dentro do Plano de Carreira do Magistério Superior, perfeitamente válida e eficaz, como estímulo aos Professores, neste momento de dificuldades.

A grande maioria das Universidades Federais e Faculdades Isoladas, com frequência, abrem concursos públicos para o acesso ao cargo de Professor Titular. Estas Universidades são cientes da necessidade de franquear ao Professor, o direito de acessar ao final da carreira do Magistério Superior. E esclareço, se existem vários processos nossos, em tramitação, a respeito do mesmo assunto, na Universidade, é porque as respostas até agora concedidas foram insatisfatórias, gerando o contraditório, salutar no contexto do Direito, enquanto Ciência. No presente momento, por exemplo, a Universidade Federal do Paraná e Universidade do Estado do Rio de Janeiro, estão com mais de dez Concursos Públicos de Professores Titulares abertos e em fase de desenvolvimento.

### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão do Professor Titular, enfalzo, diz respeito há aproximadamente 50% dos integrantes do Corpo Docente da Universidade Federal do Piauí, e não apenas a um único professor. Deveria assim, merecer toda a atenção da Administração Superior e da ADUFPI, na busca de solução para o problema.

Não deveria haver sequer necessidade de argumentação de professores a respeito do assunto, perante a Administração Superior da Universidade. Deveria ser uma decisão da própria Instituição, através dos seus Conselhos Superiores.

A grandeza da Universidade Federal do Piauí está na capacidade de captar os anseios e desejos dos seus integrantes, criando condições para o seu crescimento e desenvolvimento, através do incremento do trabalho.

O Piauí ainda é um Estado em desenvolvimento, carente de Capital e Conhecimento. Portanto, não pode prescindir de pessoal qualificado, inclusive a Universidade, cujo esvaziamento é passível de ser notado.

Não pretendo polemizar a respeito do assunto. E sim, alertar os meus colegas professores, dos nossos direitos. Continuarei lutando para o sucesso do objetivo. Pois acredito no Direito, no Respeito e na Capacidade de Divergir. Assim pensamos. ■

\*FRANCISCO HENRIQUE DA RÓDIA é professor de Economia Internacional do DECON/JFPI, Mestre em Relações Internacionais e Doutorando em Integração Econômica pela Universidade de León/Espanha. Foi Diretor de Projetos do FNDE/MEC, Diretor do NDESP/MEC e Pró-Reitor de Planejamento/JFPI.



# ERA PÓS-PC: O DOMÍNIO DE BILL GATES PODE ESTAR ACABANDO

• MARCO VALÉRIO LIMA FRANCO

A descoberta da eletricidade e as invenções do automóvel e do computador, não representam uma ruptura imediata no modo de vida da humanidade. Eletricidade, automóvel e computador, só representam um efetivo garbo e mudança na história com o surgimento de gênios, na outra ponta do processo inventivo. Soamente com a invenção da lâmpada elétrica, da introdução do veículo como produto de massa e da popularização dos computadores pessoais (pícos) foi que a verdadeira revolução realmente ocorreu. Thomas Edison, Henry Ford e Bill Gates compõem a tríade de gênios responsáveis pelo complemento deste processo. Foram eles que implantaram estas descobertas no cotidiano das pessoas. É uma situação parecida com a da vacina contra a poliomielite. Apesar de ter sido inventada pelo microbiologista americano James Salk em 1954, ela se popularizou com Albert Sabin, que a transformou em gotinhas. Mas, enfim, vamos ao nosso tema.

Universidade de Harvard, 1975. Um garoto de 20 anos incompleto desiste de frequentar Harvard e se junta ao amigo Paul Allen, para tentar ganhar a vida de forma menos convencional. Seu nome (William) Henry Gates III. Resultado: criam o sistema MS-DOS, o equivalente para a informática, da que foi o modo T da Ford, para a indústria automobilística - o começo de tudo. Surge daí o software (o lado mais criativo da informática) e uma revolução na história da humanidade (a qual ocorre com a invenção da lâmpada e na massificação do automóvel).

O primeiro computador surgiu em 1946 das mãos de John Mauchly e John Eckert. Chamava-se Eniac e era imenso. Em 1969 surge a hoje balzaquiana Internet, fruto de pesquisas dos militares do Pentágono. Em 1975 aparece o sistema operacional criado por Gates e em seguida a sua idéia (originalmente absurda), de espalhar os até então menos computadores por todos os lares americanos (em formato micro, obviamente). Esse foi o seu grande trunfo: transformar uma cópia em bilhões de dólares para ele e seus acionistas. Gates e Allen foram tão perfeitamente engenhosos que conseguiram driblar a pirataria com um artifício: simplesmente software já instalado nos computadores. Mas, não poderiam monopolizar a grande maravilha do fim século eletrônica: tal como Alfred Sloan Jr. (da GM) ameaçou e tornou o

domínio de Ford no mundo automobilístico, algo parecido pode estar começando a ocorrer na informática.

Las Vegas (EUA), novembro de 1999. Realiza-se mais uma Comdex, a maior feira internacional de produtos de tecnologia. Os dois mil expositores que sempre fizeram reverência ao computador pessoal - que rendeu a Bill Gates uma das maiores fortunas pessoais da história -, voltam todos os seus olhos para algo novo. Chama-se "wireless" (em inglês, comunicação sem fio). O fã idolatrado microcomputador não entenda como ouzura. E porquê? Simples. O que verdadeiramente importa na informática é o conceito. O PC é simplesmente um instrumento que facilita as nossas vidas, e hoje ele já se constitui (por incrível que pareça) num empecilho. Ele nos obriga a sentar-nos à sua frente com local e hora marcada, o que hoje já não é ideal. O chip continua, o que muda é só o visual e a reação com a alma de tudo: que é a grande rede (ou internet).

*"O tão idolatrado microcomputador não encinha como outrora. É porquê? Simples. O que verdadeiramente importa na informática... é o conceito."*

Numa feira mais recente realizada no Japão foi lançado o computador de vestir, ou seja, o futuro do PC é ser imperceptível a ponto de ser incorporado à roupa. E isto graças ao constante crescimento do potencial nos microprocessadores (CHIPS). Está mais vivo do que nunca a "Lei de Moore". Como previu há 35 anos Gordon Moore (fundador da Intel, líder mundial em microprocessadores), a capacidade de processamento dos computadores na dobrar a cada 18 meses. E isto garante, além do aperfeiçoamento, o barateamento das tecnologias da informação e a diminuição de tamanho a níveis microscópicos. Tão microscópicos que os ambientes onde são criados e fabricados os atuais chips, têm de ser totalmente desprovidos de um simples grão de poeira, que poderia se infiltrar

e danificar tais peças.

Nesta nova etapa da era da computação, o comando será dos PCs e irá para os telefones celulares. Leves e práticos, eles acessarão a Internet, receberão mensagens pelo correio eletrônico, controlarão a distância outras máquinas e serão capazes de transmitir dados a uma velocidade muito maior. E graças a esta nova fase revolucionária surge um novo pólo mundial de tecnologia e pujança econômica: são os "ligres escandinavos" (Suécia, Finlândia, Noruega, Islândia e Dinamarca).

Liderados pela Nokia finlandesa e a Ericsson sueca, esta região conseguiu incrível salto econômico nos últimos anos. A Nokia é detentora da melhor tecnologia que une celular e internet, e entre uma das últimas proezas da Ericsson está a instalação do padrão MP3 em seus celulares, capaz de executar músicas com qualidade de CD. Sem contar o programa Linux (concorrente do Windows, da Microsoft), criado pelo finlandês Linus Torvalds.

Tudo isto inclui um novo mundo para muitos, uma nova economia, em que a riqueza é medida de forma diferente. A grande empresa do mundo industrial, a General Motors, é avaliada em cerca de 46 bilhões de dólares pelo mercado acionário, enquanto a Cisco (empresa que produz roteadores, aparelhos que fazem a internet funcionar), é a mais valiosa do mundo - 276 bilhões. Trata-se de um mundo em que os átomos valem bem menos que os bits.

Bill Gates foi o gênio que se tornou a face da tecnocultura e o homem mais rico do planeta na grande e definitiva passagem para a era pós-industrial. Resta saber se se adaptará e liderará esta nova fase da economia e geração de riqueza na história. Bill Gates construiu a Microsoft baseado no computador pessoal como tal conhecemos. Com a mudança da forma, conseguirá e se manter na liderança? Ou em algum fundo de garagem tem alguém na penumbra pronto à desbande-lo, tal qual ele fez com todos em 1974? Parafusando o economista americano John Kenneth Galbraith, a única certeza é a incerteza. ■

• MARCO VALÉRIO LIMA FRANCO é aluno do Curso de Economia/UFRJ

## AS CONDIÇÕES DE OFERTA DO CURSO DA UNIVERSIDADE FEDERAL

\*JURA MARIA ALCOLÇA GOMES

A Avaliação das Condições de Oferta dos Cursos de Graduação é parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, juntamente com o Exame Nacional de Cursos, o Provão. Segundo a Secretaria de Ensino Superior (SESU)/MEC, o objetivo principal dessa avaliação é informar à sociedade sobre a qualidade do ensino de graduação e recomendar ações para seu aperfeiçoamento, os seus resultados, integrados com os do Provão, são determinantes para o processo de renovação do reconhecimento dos cursos.

Essa avaliação abrange três dimensões: qualificação do corpo docente, organização didático-pedagógica e instalações gerais e é realizada pela Comissão de Especialistas da SESU/MEC. Na dimensão **qualificação do corpo docente**, os itens verificados são: titulação acadêmica, regime de trabalho, número de publicações científicas nos últimos três anos, experiência de magistério superior, experiência profissional não acadêmica, qualificação e regime de trabalho do coordenador / diretor do curso, relação professor / aluno e plano de cargos e salário. Na **organização didático-pedagógica**, missão da instituição, objetivos do curso, perfil profissional pretendido pelo curso, distribuição da carga horária segundo o currículo, habilitações, alterações curriculares, práticas pedagógicas inovadoras, procedimentos formais de avaliação, estágio supervisionado, ementários e bibliografia. E na **instalações gerais**, espaço físico disponível adequado às atividades acadêmicas (número de alunos por turma, número de docentes e demais integrantes da instituição), instalações especiais (laboratórios, auditórios, equipamentos e materiais), condições de manutenção e conservação, planos de expansão, equipamen-

tos de informática, número de computadores dedicados à pesquisa e ao ensino e condições de acesso às redes de informação, equipamentos, instrumentos e insumos de laboratório adequados à prática de ensino e pesquisa, plano de modernização de laboratórios e informatização, instalações da biblioteca, espaço físico para leitura, formas de catalogação do acervo, acesso a redes de informação, qualificação técnica dos servidores e plano de atualização do acervo.

O Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí - Campus Teresina recebeu conceito **Condições Insuficientes (CI)** na Avaliação das Condições de Oferta do Curso realizada pela Comissão de Especialistas da Secretaria de Educação Superior SESU/MEC, composta pelos professores Maria Goretti Serpa Braga (UFCE) e José Marcelino da Costa (UFPA). Isso significa que o Curso exige modificações urgentes.

A Coordenação do Curso teve conhecimento desse resultado através da *Internet* e imprensa escrita local e nacional. Até o momento, não recebemos da SESU as recomendações elaboradas pela Comissão de Especialistas, nem temos conhecimento da avaliação detalhada dos diversos indicadores que compõem as distintas dimensões.

O conceito emitido pela comissão nos surpreendeu pela obtenção de CI nas três dimensões avaliadas (Qualificação do Corpo Docente, Organização Didático-Pedagógica e Instalações), porque a Coordenação do Curso de Ciências Econômicas apresentou o relatório conforme modelo SESU/MEC, contendo todas as informações requeridas e, devidamente comprovadas.

A Comissão de Especialistas adotava a estratégia de identificar excessivamente as carências do Curso, subestimando que a nossa realidade é de um padrão minimamente adequado, a medida que o Curso de Economia funciona nas dependências do Centro de Ciências Humanas e Letras da UFPI, juntamente com onze outros Cursos de Graduação. Portanto, o Curso de Economia/UFPI não pertence a uma Faculdade de Economia ou a um Instituto de Economia, não dispõe de uma infra-estrutura acadêmica exclusiva.

A instalação de uma infra-estrutura acadêmica, no padrão exigido pelas Condições de Oferta dos Cursos de Graduação, demanda recursos financeiros, para isso a SESU/MEC precisa disponibilizar esses recursos, para que possamos atender as recomendações elaboradas pela Comissão de Especialistas. Esperamos que todo esse processo de avaliação não seja semelhante ao Programa de Modernização e Consolidação da Infra-estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários/MEC, para o qual foi enviado o Projeto de implantação de uma sala de vídeo e videoteca do Dep. de Ciências Econômicas/UFPI em out./96, e até o momento não obtivemos nenhuma sinalização dos recursos solicitados. Para o MEC exigir qualidade é preciso disponibilizar recursos para custeio e capital.

O argumento da subestimação da nossa realidade também é respaldado no resultado do ENC/99 - Economia, chamado Provão/99. Do total de 187 cursos que participaram do Provão/99 Economia, os graduandos obtiveram desempenho A em apenas 11 cursos. Os alunos da UFPI atingiram desempenho B,

# DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS DO PIAUÍ – CAMPUS TERESINA

resultado significativo considerando que somente 33 cursos conseguiram esse conceito. Colocamos, então, o seguinte questionamento para reflexão: Como um Curso de Economia que tem suas condições de oferta insuficientes possibilitou aos seus alunos alcançarem resultados B no Exame Nacional de Cursos?

Com o objetivo de obter a escala de conceito Condições Muito Boas (CMB), curso que apresenta um padrão de excelência, exigido pela Avaliação das Condições de Oferta dos Cursos de Graduação, o Colegiado do Curso, em reunião no dia 18 de fevereiro de 2000, aprovou as seguintes metas para a Coordenação do Curso em relação aos seguintes segmentos:

## 1. CORPO DOCENTE

Solicitar aos Departamentos que ofertam disciplinas específicas para o Curso de Economia que

1.1 Incentivem e criem mecanismos para capacitação dos docentes de forma que obtenham a titulação mínima - Mestrado, elevem a produção científica, implementem Programa de Monitoria em suas disciplinas e desenvolvam pesquisas de forma a incorporar os alunos no Programa de Iniciação Científica da UFPI;

1.2 Exijam que os professores preencham junto à Coordenação de Economia o Formulário Curricular na forma exigida pelo MEC, anexando os documentos comprobatórios, e atualizando-o, periodicamente, conforme as novas atividades desenvolvidas;

1.3 Exijam que os professores entreguem o(s) programa(s) das disciplinas ministradas a cada período letivo na Coordenação do Curso. O programa da disciplina deverá está de acordo com a ementa curricular e conter identificação ( Universidade, De-

partamento, nomes da disciplina e do professor, carga horária, n.º de créditos, pré-requisito), ementa, procedimentos didáticos, sistema de avaliação, bibliografia básica e complementar.

## 2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Cabe à Coordenação do Curso

2.1 Elaborar o projeto de reformulação curricular do Curso de Economia, utilizando o material disponível nos arquivos da Coordenação no prazo de 60 dias, podendo ser retardado pelo fato das novas diretrizes curriculares não estarem aprovadas pelo MEC;

2.2 Aplicar questionário de avaliação de disciplina ao final de cada período letivo e enviar ao professor para possíveis soluções dos problemas apontados pelo alunado;

2.3 Organizar Curso de Extensão Preparatório para o Provão;

2.4 Enviar à Biblioteca lista bibliográfica para aquisição pela UFPI;

2.5 Organizar o funcionamento do Curso nos turnos tarde e noite, provisoriamente, devendo elaborar proposta de funcionamento de um Curso diurno e outro noturno;

2.6 Propor a ampliação de vagas no Vestibular/2001 de 45 para 70 vagas, sendo divididas em 35 vagas no primeiro período e 35 vagas no segundo período;

2.7 Organizar Curso de Extensão de Didática para os professores.

## 3. INSTALAÇÕES

Fazer gestão junto à Administração Superior para:

3.1 Ampliar do número de salas de aulas e número de carteiras nas salas 301, 335, 336 e 337;

3.2 Dotar as salas de aulas de TV e videocassete, quadro branco e armário;

3.3 Adquirir 5 retroprojetores;

3.4 Montar de uma vidrenteca, com no mínimo 100 fitas;

3.5 Transformar a sala 334 em um mini-auditório com poltronas e equipamentos audiovisuais (projektor de slides e datashow);

3.6 Transformar o chamado Banco de Dados (laboratório de informática) em um Núcleo de Apoio ao Ensino de Graduação em Economia, cuja proposta de regimento já existe;

3.7 Adquirir quatro computadores para complementar a capacidade do laboratório com a acesso à rede, duas impressoras e softwares;

3.8 Construir *home page* do Curso de Economia;

3.9 Adquirir mil títulos de livros em Economia e assinatura dos principais periódicos na área;

3.10 Estruturar as instalações da Coordenação do Curso.

A Coordenação do Curso continua recebendo sugestões do corpo docente e discente de ações que visem elevar a qualidade do ensino de Economia e desejamos que a Administração Superior/UFPI e MEC repassem os recursos financeiros necessários para a modernização e consolidação da infraestrutura acadêmica do Curso de Economia •

\*JARA MARIA ALCOBAÇA GOMES é coordenadora do Curso de Ciências Econômicas/UFPI, Campus Teresina e Doutora em Economia Aplicada pela ESAIQ-USP.

## INDICADORES ECONÔMICOS

Período Índices	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	Acumulado	
								No ano	12 meses
IGP-DI (FGV)	1,47	1,89	2,53	1,23	1,02	0,19	0,18	1,40	12,94
IPC-DI (FGV)	0,19	0,92	1,12	0,50	1,01	0,05	0,51	1,58	7,58
ICP-M (FGV)	1,45	1,70	2,39	1,81	1,24	0,35	0,15	1,75	13,74
INPC (IBGE)	0,39	0,96	0,94	0,74	0,61	0,05	0,13	0,79	5,84
IPCA (IBGE)	0,31	1,19	0,95	0,60	0,82	0,13	0,22	0,97	5,92
IPC-SP (FIPE)	0,91	1,13	1,48	0,49	0,57	-0,23	0,23	0,57	6,00
IPC-RIO (FGV)	0,35	0,58	1,62	0,47	0,72	0,23	0,83	1,59	8,72
IPC-THE (CEPRO)	-	-	-	-	1,30	0,59	0,23	2,14	9,55
Custo Cesta Básica Teresina-RS (1)	-	-	-	-	56,83	90,43	90,17	-	-

FONTE: GAZETA MERCANTIL

(1) ÍNDICE CALCULADO PELA FUNDAÇÃO CEPRO-SEPLAN PARA A CIDADE DE TERESINA

## VARIAÇÃO ANUAL DO IPC - TERESINA, SEGUNDO OS GRUPOS

GRUPOS	ANOS					
	1995	1996	1997	1998	1999	2000*
Alimentação	19,30	9,23	6,60	7,79	10,02	5,52
Habitação	20,74	6,84	8,05	9,93	14,91	11,01
Artigos de Residência	23,37	12,28	6,49	6,42	12,56	12,98
Vestuário	69,08	24,52	9,88	12,68	12,30	11,51
Transportes e Comunicações	18,70	23,60	23,57	6,37	24,63	23,62
Saúde e Cuidados Pessoais	24,56	17,20	11,53	9,16	14,40	11,43
Serviços Pessoais	42,41	13,05	8,56	4,81	5,59	4,22
<b>Índice Geral</b>	<b>26,14</b>	<b>13,08</b>	<b>9,67</b>	<b>8,05</b>	<b>12,57</b>	<b>9,55</b>

Fonte: Fundação CEPRO

\* Situação no mês de março/2000

CESTA BÁSICA - COMPOSIÇÃO, QUANTIDADE E VALOR  
MARÇO DE 2000

PRODUTOS	QUANT.	VALOR (R\$)	VARIAÇÃO PERCENTUAL	
			NO MÊS	NO ANO
Açúcar Cristal.	3,00 Kg	1,71	1,64	-2,72
Arroz	5,50 Kg	3,09	0,09	-5,9
Banana (frutas)	750 dz	14,93	-5,38	5,89
Café em Po	2,30 Kg	2,02	0,90	11,66
Carne Bovina	4,50 Kg	18,9	-3,77	-10,04
Farina de Mandioca	3,50 Kg	5,95	2,81	14,35
Feijão	4,50 Kg	6,06	-11,62	26,67
Leite Pasteurizado	6,00 l	4,80	0,00	0,00
Margarina	0,75 Kg	2,55	-1,89	5,29
Glic. Vegetal	0,90 Lt	1,40	-1,52	-11,65
Pão	5,00 Kg	12,00	0,00	0,00
Tomate (verduras)	12,00 Kg	20,17	14,97	53,21
<b>TOTAL</b>		<b>90,7</b>	<b>0,31</b>	<b>9,50</b>

Fonte: Fundação CEPRO

## EXPEDIENTE

## INFORME ECONÔMICO

ANO 4 - Nº 09 - MARÇO DE 2000

EDITADO PELO DECON/UFPI

COORDENAÇÃO: ECON. FNOISA VERAS - DECON

CONSELHO EDITORIAL: PROFESSORES/DECON

ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE, FRANCISCO

HEITOR TEAO DA ROCHA E SAMUEL COSTA

RILHO

PROJETO GRÁFICO: PROF.ª EL MIRA SIMÃO

DEPT. DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - UFPI

DIGITAÇÃO/REVISÃO: PAULO CÉSAR ARAÚJO

PROGRAMAÇÃO VISUAL: FNOISA VERAS

TIRAGEM: 1500 EXEMPLARES

IMPRESSÃO: GRÁFICA-UFPI

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - CCH

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CAMPUS ININGA - TERESINA-PI

CEP: 64.049-550

FONE: (0xx86) 215-5788/5789/5750

FAX: (0xx86) 215 5697